

ZAIA BRANDÃO *

Sempre reagi ao baixo-astrol de certos analistas dos problemas brasileiros. Não creio que seja legítimo alimentar a sensação de que somos um país que, apesar do "berço esplêndido", não deu certo.

Entretanto, o panorama da educação entre nós é inegavelmente desalentador. *Chegamos ao fundo do poço!* E, do fundo do poço, gostaria de questionar o discurso fácil de mais verbas para a educação, presente nas falas de praticamente todos os candidatos a cargos políticos.

Para uma rápida noção do que quero dizer, quando falo que a questão não é de mais verbas para a educação, é bom lembrar que a Constituição garante que, dos recursos de arrecadação de impostos, 18% da União, 25% dos estados e 25% dos municípios sejam empregados na educação. Somase a isso o FNDI (Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação) resultante de 2% do faturamento de todas as empresas e terrenos um montante de recursos que em nada justifica a insistência demagógica dos candidatos a cargos eletivos em defender mais verbas para a educação.

Basta acompanhar a atuação da administração pública em todas as esferas — federal, estadual e municipal — para perceber que o problema da educação no Brasil não é falta de recursos públicos, mas o mau uso e desvio dos existentes.

Exemplificarei o que afirmo com o caso do Rio de Janeiro (município estado), porque é o que conheço mais de perto, e mesmo, de dentro. Cabe ressaltar, entretanto, que o caso do Rio não é uma exceção, pois representa, a meu ver, uma prática bastante usual da administração da educação em todas as esferas.

Cada novo governo que assume o poder não se permite continuar ações do governo anterior que deram certo. A prática é sempre imprimir uma nova marca, mesmo ao custo da malversação dos recursos públicos. Conheci de perto essa prática, na condição de Diretora do Departamento Geral de Educação da Secretaria Estadual de Educação em 1987, cargo do qual pedi demissão quando verifiquei que o convite que me fizeram, aliás insistentemente, visava, principalmente,

dar uma "fachada técnica" em uma área onde o governo anterior tinha desenvolvido uma bem-sucedida "campanha publicitária".

A ambos os governos interessou construir escolas. Se no de 87 dava-se preferência a obras (construção ou reformas) nos municípios onde as alianças lhe eram favoráveis, no anterior era indiscutível o critério de construí-las em locais bem visíveis, pois as novas escolas eram a própria marca do governo, seu *outdoor político*. Visitei muitas dessas escolas superdimensionadas para a população que atendia.

É claro que construir e reformar escolas tem por trás uma outra forte motivação: atender aos interesses das poderosas empreiteiras que sugam os recursos públicos de uma maneira desavergonhada, com o aval do Poder Executivo em todas as esferas. E são tão fortes tais interesses que mesmo com os recentes dados levados pelo prof. Costa Ribeiro (*Pedagogia da Repetência*, 1991), evidenciando que há um decréscimo da população em idade escolar e que o problema não é a ampliação de vagas, mas sim o de investimentos em qualidade do atendimento escolar, os administradores públicos insistem em construir grandes escolas.

Aliás, a construção de grandes escolas é um contra-senso em relação ao que é possível observar em termos de administração escolar. A escola pequena, além de mais fácil de conservar e administrar, é certamente mais adequada ao bom desenvolvimento pedagógico e social das crianças e adolescentes.

O Poder Executivo, entretanto, gosta da centralização e dos projetos que envolvem somas vultosas de recursos. Só esta razão justifica a existência de órgãos como a FAE (Fundação de Assistência ao Estudante), centralizando a distribuição de material e merenda escolar. Centralizar recursos é centralizar poder. Por outro lado, os múltiplos repasses da administração centralizada facilitam o desvio e a manipulação das verbas. Caso típico é a disputa que envolve hoje o Município com o Estado do Rio de Janeiro. São 4 milhões de dólares mensais que

não estão sendo repassados há vários anos. Com essa verba o município poderia dar uma gratificação mensal de cerca de 40% do salário médio atual (135 reais) para os seus 33.000 professores, além de pagar os 2 milhões e 200 mil dólares mensais da merenda escolar, que poderiam ser bem menos, se esta fosse comprada descentralizadamente.

Enquanto isso, as ações que poderiam encaminhar uma política efetiva de prioridade à educação são subdimensionadas nos orçamentos de educação.

Para essas, uma legislação preciosista de alocação dos recursos coloca enormes dificuldades, quando não inviabiliza totalmente programas de aperfeiçoamento permanente do magistério, manutenção das escolas, compra de material didático adequado às especificidades locais, do magistério e da clientela escolar.

A descentralização dos recursos é sempre prejudicada por exigências de projetos minuciosos e orçamentos falaciosos — que exigem estratégias de "driblar as normas" bastante familiares às empreiteiras e grandes

firmas fornecedoras de material e serviços para o poder público — mas inacessíveis àqueles que estão na ponta do sistema, como os professores e equipes técnicas das escolas e das secretarias estaduais e municipais.

Experimentamos, recentemente, a perversidade desta lógica ao desenvolvermos para a Secretaria Municipal do Rio de Janeiro um projeto de aperfeiçoamento de magistério para as 5ª séries do 1º grau e diretores de escolas, uma assessoria ao desenvolvimento curricular, e uma pesquisa sobre a avaliação no 1º grau. Os recursos do FNDE demoraram tanto a ser liberados que só não inviabilizaram totalmente os projetos, porque os envolvidos fazem parte daquela espécie em extinção que se sente responsável pelo ensino público e não quis interromper o trabalho iniciado. Do total de recursos previstos no projeto recebemos cerca de 6%. Ora, é óbvio que só uma legislação preciosista poderia em meados de 93, exigir que os orçamentos fossem feitos exclusivamente em cruzei-

Repasses da administração centralizada facilitam desvios de verbas

ros. A quem pode interessar uma legislação que supõe que se inflacionem os custos de projetos a serem pagos com os recursos públicos?

Atualmente, saem do magistério municipal cerca de três professores por dia, por diversas razões: licenças, pedidos de exoneração e aposentadoria. Essas razões exprimem, no seu conjunto, uma única e mesma coisa: a desistência, o "jogar a toalha" de um grupo profissional crescentemente desvalorizado e permanentemente desrespeitado pelo poder público, que não lhe dá condições de salário e de trabalho compatíveis com o discurso de prioridade à educação. Ora, se continuarmos neste ritmo, no contexto de uma diminuição drástica de candidatos aos cursos de formação de magistério nesta última década, a solução será fechar as portas da maioria das escolas que já mandam seus alunos cotidianamente de volta às suas casas, por falta de professores.

O salário médio do professor municipal é hoje de R\$ 135,00 por mês. No entanto, a legislação procura restringir a possibilidade de alocar recursos para pessoal, ignorando que, qualquer projeto de manutenção e melhoria de qualidade dos sistemas de ensino implicará um investimento significativo no professor e na sala de aula. Sobre isso, é bom lembrar que somente 58% dos recursos empregados em educação de 1º grau chegam hoje às nossas salas de aula.

Quando afirmamos que a questão hoje não é mais verbas para a educação estamos preocupados em limitar a cobiça dos maus políticos sobre a área da educação. Só quando atingirmos o patamar de funcionamento regular do sistema escolar, para o qual as verbas disponíveis são mais do que suficientes, caberá discutir novas fontes de financiamento. Só assim poderemos atingir padrões de atendimento escolar superiores à média dos países de Primeiro Mundo. Antes disso qualquer aumento de verba correrá o risco de ser devorado pela sede de lucros fáceis das empreiteiras e do grande capital em geral.